

Anexo

1. Identificação da Entidade

- 1.1 – Designação da entidade: *ASILO S. JOSÉ*
- 1.2 – NIF: 500850224
- 1.3 – Sede social: Rua de Santa Teresa - S. Vicente - 4710-297 BRAGA
- 1.4 – Endereço eletrónico: *asilosjose@sapo.pt*
- 1.5 – Natureza da atividade: O Asilo de S. José, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 275 de 28/11/1987, Série III. Tem como atividade principal:
- CAE 87301 - Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- e) Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11 e 15) e "Diferimentos" (Nota 9)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- f) A natureza da reclassificação;
- g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades

Handwritten signatures and initials on the right margin, including the name "Riço" and other illegible marks.

necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros ativos fixos tangíveis	4 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos

Os "Clientes/utentes" e "Outros créditos" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabelecem que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as *instituições particulares de solidariedade social*, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Subsídios do Estado

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos fundos patrimoniais”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

Handwritten signature and initials in the top right corner, including the name "Pirago" and a large signature.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

• Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
- (ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Handwritten signatures and initials on the right margin, including the name "Prirago" and other illegible marks.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Edifícios e outras construções	1.206.184,54	-	-	-	-	-	1.206.184,54
Equipamento básico	593.298,23	25.337,00	-	-	-	-	618.635,23
Equipamento de transporte	38.306,02	-	-	-	-	-	38.306,02
Equipamento administrativo	79.759,41	4.744,89	-	-	-	-	84.504,30
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	21.442,41	-	-	-	-	-	21.442,41
Total	1.938.990,61	30.081,89	-	-	-	-	1.969.072,50
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	688.321,44	16.550,51	-	-	-	-	704.871,95
Equipamento básico	464.045,37	40.958,16	-	-	-	-	505.003,53
Equipamento de transporte	38.306,02	-	-	-	-	-	38.306,02
Equipamento administrativo	77.910,75	1.342,53	-	-	-	-	79.253,28
Outros ativos fixos tangíveis	20.851,53	590,88	-	-	-	-	21.442,41
Total	1.289.435,11	59.442,08	-	-	-	-	1.348.877,19
Quantia escriturada							620.195,31

Handwritten signatures and initials:
 P. Piago
 [Signature]

31 de dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2017
Custo							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.206.184,54	-	-	-	-	-	1.206.184,54
Equipamento básico	618.635,23	26.345,22	-	-	-	-	644.980,45
Equipamento de transporte	38.306,02	-	-	-	-	-	38.306,02
Equipamento administrativo	84.504,30	1.819,87	-	-	-	-	86.324,17
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	21.442,41	-	-	-	-	-	21.442,41
Total	1.969.072,50	28.165,09	-	-	-	-	1.997.237,59
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	704.871,95	16.550,51	-	-	-	-	721.422,46
Equipamento básico	505.003,53	43.596,87	-	-	-	-	548.600,40
Equipamento de transporte	38.306,02	-	-	-	-	-	38.306,02
Equipamento administrativo	79.253,28	1.596,11	-	-	-	-	80.849,39
Outros ativos fixos tangíveis	21.442,41	-	-	-	-	-	21.442,41
Total	1.348.877,19	61.743,49	-	-	-	-	1.410.620,68
Quantia escriturada							586.616,91

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, foram doações efetuadas à instituição e, registrados na contabilidade, com base no valor patrimonial, inscrito na Autoridade Tributária.

Os fins são a obtenção de rendas e valorização do património, e não para uso ou fins administrativos.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

Durante os períodos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo em 31-dez-2016
Custo						
Terrenos	182.842,85	-	24.728,13	-	-	158.114,72
Edifícios e outras construções	548.528,39	-	74.184,27	-	-	474.344,12
Total	731.371,24	-	98.912,40	-	-	632.458,84
Depreciações acumuladas						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	166.782,66	8.247,55	31.157,91	-	-	143.872,30
Total	166.782,66	8.247,55	31.157,91	-	-	143.872,30
Quantia escriturada						488.586,54

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

WJH
Pirago
[assinatura]

31 de dezembro de 2017						
Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-dez-2016
Custo						
Terrenos	158.114,72	-	-	-	-	158.114,72
Edifícios e outras construções	474.344,12	-	-	-	-	474.344,12
Total	632.458,84	-	-	-	-	632.458,84
Depreciações acumuladas						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	143.872,30	8.247,55	-	-	-	152.119,85
Total	143.872,30	8.247,55	-	-	-	152.119,85
Quantia escriturada						480.338,99

O valor dos terrenos escriturados, correspondem a 25% do valor total das propriedades de investimento

42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	Valor Patrimonial - Inscrito na AT	
422	Edifícios e outras construções		
U-762-	Rua da Boavista, 268 - 4000-234 BRAGA	*	14.280,00
U-765-	Rua da Boavista, 270 - 4000-234 BRAGA	*	14.280,00
U-768-	Rua da Boavista, 272 - 4000-234 BRAGA	*	10.390,00
U-206-	Lugar de Fontainhas - 4700-183 BRAGA	1978	1.822,37
U-208-	Lugar de Tomada - 4700-183 BRAGA	1978	11.876,67
U-596-	Estrada - 4700-018 SÃO PAIO MERELIM	1978	2.810,00
U-599-	Estrada - 4700-018 SÃO PAIO MERELIM	1978	8.393,33
U-353-	S. Bráz do Carmo - 4700-100 SÃO PEDRO MERELIM	1978	18.770,00
U-648-	Lugar de Monte da Forca, 1 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	8.790,00
U-651-	Lugar de Monte da Forca, 2 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	8.386,67
U-654-	Lugar de Monte da Forca, 3 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	6.370,00
U-657-	Lugar de Monte da Forca, 4 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	6.192,50
U-660-	Lugar de Monte da Forca, 5 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	8.560,00
U-2150-X	Praceta das Amoreiras, 73 - S. Vicente - 4700-358 BRAGA	2004	95.262,54
U-61-G	Av.ª da Liberdade, 478 - 4700-034 BRAGA	2005	94.952,20
U-33-	Lugar de Cortinhal - 4710-670 NAVARRA	2005	11.837,16
U-34-	Lugar de Cortinhal - 4710-670 NAVARRA	2005	27.062,17
U-36-	Lugar de Esqueiadora - 4710-670 NAVARRA	2005	10.521,92
R-397-	Lugar de Cortinhal	2005	1.513,33
R-563-	Lugar da Poça	2005	296,67
R-564-	Lugar da Poça	2005	146,67
U-3119-D	Rua D. Pedro V, 85 - 4700-319 BRAGA	2006	64.024,64
U-53-	Rua Santo André, 37 - 4700-001 BRAGA	2013	54.370,00
U-1076-	Lugar de Labirinto - 4700-319 BRAGA	2013	99.400,00
U-770-F	Rua 25 de Abril, 426 - 4710-914 BRAGA	2013	52.150,00
Total Propriedades investimentos - Edifícios			632.458,84

* Anteriores a 1989 - Antes da entrada do PCIPSS

5. Investimentos financeiros

Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em Entidades participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentavam-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2017
Obrigações e títulos de participação	4.453,39	20.000,00	-	-	24.453,39
Fundo de Compensação	1.781,55	928,88	147,95	-	2.562,48
Total	6.234,94	20.928,88	147,95	-	27.015,87

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

M
H.
Piraga
H. ad

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	83.212,29	-	-	83.212,29
Total	-	83.212,29	-	-	83.212,29

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017	CMVMC em 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	79.673,54	-	-	79.673,54
Total	-	79.673,54	-	-	79.673,54

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" desdobram-se da seguinte forma:

- Matérias-primas: 72.934,69€;
- Subsidiárias e de consumo: 6.738,85€

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e foram consumidas na sua totalidade.

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Cientes e Utentes c/c	-	985,60
Utentes	-	985,60
Total	-	985,60

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.165,30	3.805,56
Total	9.165,30	3.805,56
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3.948,05	3.811,67
Segurança Social	15.897,18	15.769,52
Outros Impostos e Taxas		
Fundo Compensação	126,01	382,77
Total	19.971,24	19.963,96

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	2.592,47	1.938,77
Total	2.592,47	1.938,77
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	1.222,00	1.252,00
Total	1.222,00	1.252,00

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	631,40	1.842,43
Depósitos à ordem	60.088,09	139.843,28
Depósitos a prazo	2.098.950,00	2.116.171,86
Total	2.159.669,49	2.257.857,57

11. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos ao pessoal	10.785,00	10.673,40
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Juros a Receber	3.095,72	3.970,98
Outros devedores:		
EDP. c/ Caução	601,14	601,14
Perdas por Imparidade	(10.673,40)	(10.673,40)
Total	3.808,46	4.572,12

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Pessoal		
Saldo a 1 de janeiro	10.673,40	-
Aumento	-	10.673,40
Reversão		
Total	10.673,40	10.673,40
Perdas por Imparidade Acumuladas	10.673,40	10.673,40

12. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Fundos	172.662,12			172.662,12
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	294.097,97			294.097,97
Excedentes de revalorização	-			-
Resultados transitados	1.828.407,71	62.506,16	-	1.890.913,87
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	731.419,33	-	16.046,21	715.373,12
Resultado líquido do período	62.506,16	(107.417,90)	62.506,16	(107.417,90)
Total	3.089.093,29	(44.911,74)	78.552,37	2.965.629,18

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

Nota:

Resultados transitados:

- Aumento de 62.506,16, pela transferência do resultado líquido positivo de 2016.

Outras variações nos fundos patrimoniais

- Diminuições de 16.046,21, de imputação de subsídios para investimentos

Resultado líquido do exercício:

- Aumento de (107.417,90), do resultado negativo de 2017.

- Diminuição de 62.506,16, pela transferência do resultado positivo do exercício de 2016, para Resultados Transitados.

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	Saldo em 31-dez-2017
Subsídios ao investimento	242.832,79	-	7.798,66	-	235.034,13
PIDDAC					-
Remodelação ala poente	59.924,02		2.140,14		57.783,88
Obra armazém e lavandaria	27.712,27		955,60		26.756,67
Remodelação ala noroeste	109.107,51		3.306,29		105.801,22
OUTROS					-
Fundo Socorro Social/Obras	46.088,99		1.396,63		44.692,36
Doações	488.586,54	-	8.247,55	-	480.338,99
Propriedades de investimento – Edifícios	488.586,54	-	8.247,55	-	480.338,99
Total	731.419,33	-	16.046,21	-	715.373,12

14. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	25.125,01	20.753,54
Total	25.125,01	20.753,54

Descrição	0-30 dias
Fornecedores c/c	25.125,01

15. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes” é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Outros passivos correntes		
Fornecedores de investimentos	-	2.078,70
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar ao pessoal	114.340,88	111.814,32
Outros acréscimos de gastos	7.417,57	6.596,50
Adiantamento de utentes	750,00	750,00
Outros credores		
Utentes c/ gestão da instituição	133.993,84	131.874,10
Santa Casa de Misericórdia de Lisboa	757,77	-
Total	257.260,06	253.113,62

16. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas” e “Serviços Prestados:”

Serviços prestados:

Descrição	2017	2016
Quotas dos utilizadores		
Lar de idosos	600.607,47	568.691,06
Total	600.607,47	568.691,06

17. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	475.401,30	462.318,93
Doações e heranças	83.045,19	57.621,64
Total	558.446,49	519.940,57

Descrição	2017	2016
Instituto Segurança Social, IP	475.401,30	462.318,93
Doações e heranças (Donativos)	83.045,19	57.621,64
Total	558.446,49	519.940,57

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	3.059,48	-
Serviços especializados	145.599,66	173.979,49
Trabalhos especializados	16.230,14	18.157,48
Vigilância e segurança	-	1.525,82
Honorários	23.777,92	29.451,42
Conservação e reparação	105.003,21	124.378,93
Outros	588,39	465,84
Materiais	88.540,37	4.403,79
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.537,73	1.678,67
Material de escritório	3.768,29	2.593,88
Material de saúde de utentes a)	55.158,96	-
Material de limpeza, higiene e conforto b)	24.077,29	-
Rouparia	3.866,86	-
Outros	131,24	131,24
Energia e fluidos	55.144,86	65.877,80
Eletricidade	29.105,37	30.425,54
Combustíveis	24.040,21	30.709,85
Água	1.999,28	4.742,41
Deslocações, estadas e transportes	2.153,50	2.240,35
Deslocações e estadas	2.153,50	2.240,35
Serviços diversos	21.438,37	94.192,81
Comunicação	7.663,45	6.432,00
Seguros	3.557,16	3.517,29
Contencioso e notariado	98,89	30,20
Despesas de representação	105,68	-
Limpeza, higiene e conforto b)	246,00	23.441,92
Outros serviços	9.767,19	60.771,40
Encargos de saúde com utentes a)	6.934,34	58.850,16
Rouparia	0,00	842,89
Outros	2.832,85	1.078,35
Total	315.936,24	340.694,24

M.H.
 Braga
 [Handwritten signature]

- a) Despesas com medicamentos e outros materiais com saúde, que estavam a ser contabilizados em Outros Serviços, até 2016, passaram a ser contabilizados em Materiais, a partir de jan17
- b) Despesas com materiais de limpeza, higiene e conforto, que estavam a ser contabilizados em Serviços Diversos - Limpeza, higiene e conforto, até 2016, passaram a ser contabilizados em Materiais, a partir de jan17

19. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, direção, assembleia geral e conselho fiscal, nos períodos de 2017 e 2016, foram de 11.

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de "66" e em 2016 foi de "66".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações do pessoal	700.397,73	667.963,33
Encargos sobre Remunerações	151.901,06	143.567,56
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	6.412,29	5.040,83
Outros gastos com Pessoal	166,13	741,72
Total	858.877,21	817.313,44

20. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	17.727,26	9.246,66
Descontos de pronto pagamento obtidos	845,77	788,94
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	17.783,76	257.669,66
Outros	18.352,23	18.681,21
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Imputação de subsídios para investimentos	16.046,21	16.046,21
Restituição de impostos	1.295,37	1.541,78
Outros não especificados	1.010,65	1.093,22
Total	54.709,02	286.386,47

21. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	4.320,85	2.136,53
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	961,36	1.972,48
Outros	760,00	440,00
Correções relativas a períodos anteriores	-	380,00
Quotizações	760,00	60,00
Total	6.042,21	4.549,01

22. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	9.339,36	11.620,07
Total	9.339,36	11.620,07
Resultados financeiros	9.339,36	11.620,07

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

24. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

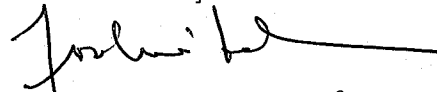
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 15 de março de 2017.

O Contabilista Certificado



A Direção



António Manuel Sequerra Pires Trigo
 pelo Conselho de Administração

